

# Fatores Determinantes do Custo com Segurança Privada sob a Ótica dos Discentes de Ciências Contábeis

**Ítalo Carlos Soares do Nascimento** (UFC) - italocarlos25@gmail.com

**Geison Calyo Varela de Melo** (UFC) - geisoncalyo@hotmail.com

**Maria Naiula Monteiro Pessoa** (UFC) - naiula@ufc.br

**Sílvia Maria Dias Pedro Rebouças** (UFC) - smdpedro@gmail.com

**Ana Maria Fontenelle Catrib** (Unifor) - catrib@unifor.br

## **Resumo:**

*O custo com segurança privada passou a crescer consideravelmente, apresentando relevantes valores tanto para as pessoas físicas como para as jurídicas. Entretanto, apesar de representarem dispêndios significativos ao Estado, à iniciativa privada e à população em geral, ainda tem sido um tema pouco explorado pelos estudiosos brasileiros. Com o presente estudo, pretende-se identificar os fatores determinantes do custo com segurança privada sob a ótica dos discentes de Ciências Contábeis. A pesquisa se enquadra como descritiva e exploratória quanto aos seus objetivos, e como quantitativa, no que tange à abordagem do problema. Quanto aos procedimentos, enquadra-se como levantamento do tipo survey transversal, tendo como instrumento de coleta um questionário adaptado de Steden e Nalla (2010) e de Moreira (2013). Os dados foram analisados através da análise fatorial exploratória. Com os resultados, constatou-se que dentre os fatores determinantes do custo com segurança privada, os mais influentes foram: “Crescimento do crime e da sensação de insegurança” e “Ineficiência do Estado na promoção da segurança pública”. Sob a perspectiva teórica, vale salientar que os achados da presente pesquisa confirmam os prognósticos da Teoria da Prevenção Situacional do Crime.*

**Palavras-chave:** *Custo. Segurança privada. Criminalidade. Insegurança.*

**Área temática:** *Abordagens contemporâneas de custos*

## Fatores Determinantes do Custo com Segurança Privada sob a Ótica dos Discentes de Ciências Contábeis

### Resumo

O custo com segurança privada passou a crescer consideravelmente, apresentando relevantes valores tanto para as pessoas físicas como para as jurídicas. Entretanto, apesar de representarem dispêndios significativos ao Estado, à iniciativa privada e à população em geral, ainda tem sido um tema pouco explorado pelos estudiosos brasileiros. Com o presente estudo, pretende-se identificar os fatores determinantes do custo com segurança privada sob a ótica dos discentes de Ciências Contábeis. A pesquisa se enquadra como descritiva e exploratória quanto aos seus objetivos, e como quantitativa, no que tange à abordagem do problema. Quanto aos procedimentos, enquadra-se como levantamento do tipo *survey* transversal, tendo como instrumento de coleta um questionário adaptado de Steden e Nalla (2010) e de Moreira (2013). Os dados foram analisados através da análise fatorial exploratória. Com os resultados, constatou-se que dentre os fatores determinantes do custo com segurança privada, os mais influentes foram: “Crescimento do crime e da sensação de insegurança” e “Ineficiência do Estado na promoção da segurança pública”. Sob a perspectiva teórica, vale salientar que os achados da presente pesquisa confirmam os prognósticos da Teoria da Prevenção Situacional do Crime.

Palavras-chave: Custo. Segurança privada. Criminalidade. Insegurança.

Área Temática: Abordagens contemporâneas de custos.

### 1 Introdução

No Brasil e em outros países da América Latina, o setor de segurança privada se expandiu significativamente em um contexto de crescimento do crime, da violência e, conseqüentemente, da sensação de insegurança generalizada, onde o Estado não conseguiu fornecer à população a segurança por ela demandada (CUBAS, 2005; ZANETIC, 2009). Além disso, também é caracterizado por outros fatores que teriam concebido o incentivo econômico e o espaço legal para esse tipo de serviço privado de segurança, tal como o contexto de transformação da paisagem urbana no período, com a proliferação dos chamados espaços semipúblicos (*shopping centers*, cinemas, universidades, escolas, hospitais, restaurantes, bares, museus, parques, estádios de futebol, espaços para shows e para eventos culturais diversos), dos edifícios empresariais e edifícios de instituições públicas (BAYLEY; SHEARING, 2001; OCQUETEAU, 1997; ZANETIC, 2009; 2013).

Com relação aos aspectos legais, no Brasil, os primeiros esforços para a regulamentação dos serviços de segurança privada ocorreram através do Decreto Federal nº 1.034, de 21 de outubro de 1969, que instituiu regras para atuação das empresas de segurança nas instituições financeiras em decorrência do elevado número de assaltos e delitos a estas instituições (ZANETIC, 2009). Entretanto, a segurança privada tornou-se regularizada somente duas décadas depois, a partir da implantação da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que teve por objetivo dar auxílio às empresas prestadoras de serviços de segurança a partir da instituição de normas de constituição e funcionamento das empresas particulares atuantes nesse setor (NUNES, 1996; ZANETIC, 2009), expandindo assim a atuação da segurança privada para outros setores, além das instituições financeiras (COELHO, 2011).

Uma das principais funções da segurança privada é a prevenção do crime (OCQUETEAU, 1997; WAKEFIELD, 2005). Tal prevenção é alcançada por meio de ações que modifiquem as características situacionais ou ambientais dos locais, de forma a dificultar a prática do crime, aumentar a sua probabilidade de detecção ou reduzir as recompensas inerentes (CLARKE, 1997; CRAWFORD, 1999; MOREIRA, 2013). Nesse contexto, destaca-se a Teoria da Prevenção Situacional do Crime (PSC) que parte da análise das circunstâncias em que ocorre determinado delito e inclui um esforço conjunto da sociedade e do governo a fim de controlá-lo por meio da alteração de fatores ambientais (BEATO FILHO, 1999). A Teoria da PSC foi desenvolvida na década de 1980 por Clarke e continua a evoluir em múltiplas perspectivas, fornecendo uma estrutura para desencorajar de forma proativa crimes e delitos (CLARKE, 1983; EXUM et al., 2010; HOLT; BLEVINS; KUHNS, 2008). Assim, seguindo-se as evidências empíricas, o presente estudo tem como base os preceitos da Teoria da PSC, na medida em que sinaliza a prevenção do crime como uma das principais funções da segurança privada.

É notório que o medo da violência afeta o comportamento da população, que passa a evitar determinados lugares de consumo, tais como bares e casas noturnas (CERQUEIRA, 2014; RONDON; ANDRADE, 2005; XAVIER, 2016). Como consequência, o medo e a insegurança têm levado a população ao isolamento social e à busca por proteção. Com isso, verificou-se um crescimento e expansão dos serviços de segurança privada, tais como vigilância patrimonial, segurança pessoal, escolta armada e sistemas de vigilância em condomínios residenciais e empresariais, órgãos públicos, centros comerciais, bancos e instituições financeiras, indústrias, dentre outros segmentos (ARAÚJO et al., 2017, SILVA et al., 2016, ZANETIC, 2009), pois a presença de seguranças armados e sistemas de vigilância possibilitam à população sensação de segurança e conforto em relação à criminalidade (SILVA, 2010), motivo pelo qual a sociedade e iniciativa privada dos estados brasileiros arcam com custos como perdas patrimoniais e de capital humano, gastos com seguros e segurança privada, uma vez que os custos arcados com a segurança pública são destinados a outras áreas (XAVIER, 2016).

Em decorrência de poucos estudos existentes, investigar a percepção de cidadãos comuns – neste caso, representados pelos discentes – sobre a segurança privada, torna-se relevante, tendo em vista que a forma como estes percebem a atuação do Estado, pode ter importantes implicações frente ao atual cenário de violência e de insegurança em que se vive. Para o Estado, como regulador da segurança privada e também cliente, um melhor entendimento sobre como os cidadãos visualizam a segurança privada pode fornecer informações úteis para a tomada de decisões futuras. Às empresas de segurança privada, conhecer o que o público configura em relação à sua atuação, proporciona orientações pertinentes para que funcionem de maneira mais eficiente, adequada e confiável (MOREIRA, 2013, STEDEN; NALLA, 2010).

Frente ao exposto, emerge a seguinte questão de pesquisa: **quais os fatores determinantes do custo com segurança privada sob a ótica dos discentes de Ciências Contábeis?** Portanto, o objetivo geral da pesquisa consiste em identificar os fatores determinantes do custo com segurança privada sob a ótica dos discentes de Ciências Contábeis.

Apesar de representarem dispêndios significativos ao Estado, à iniciativa privada e à população em geral, o custo com a segurança privada ainda tem sido um tema pouco explorado pelos estudiosos brasileiros (COSTA, 2013; MARAGNO; BORBA, 2014). Em estudo bibliométrico realizado por Melo et al. (2018) sobre a produção científica na área de custos com segurança privada no período de 2003 a 2017, verifica-se que o interesse pela temática no país é recente e pouco explorada. No âmbito internacional, por sua vez, não foram encontradas pesquisas empíricas que tratassem de forma direta da temática em questão. Entretanto, estudiosos estrangeiros, como Moreira (2013), Nalla e Heraux (2003), Nalla e Lim (2003) e

Steden e Nalla (2010) buscaram analisar a percepção dos cidadãos face a segurança privada e algumas de suas particularidades, tais como a atuação dos agentes de segurança privada e o nível de satisfação da população, motivações para o seu crescimento, sua relação com a criminalidade e a sua atuação em parceria com a segurança pública.

Cabe ressaltar que embora tenham sido encontradas evidências empíricas nacionais sobre a temática, o estudo traz uma abordagem diferenciada, na medida em que investiga a percepção de cidadãos comuns, que não fora abordada anteriormente. Desta forma, a pesquisa justifica-se por abordar temática atual, relevante e pouco explorada em âmbito nacional e internacional. Espera-se, assim, contribuir para o aprofundamento e avanço da discussão dessas questões no meio acadêmico, trazendo novas constatações e procurando preencher lacunas ainda existentes; e no meio profissional, ao levantar informações pertinentes ao Estado e à iniciativa privada, possibilitando que estes possam refletir sobre as medidas que devem ser tomadas para garantir o bem-estar e a segurança da população.

## **2 Custo com segurança privada**

Não existem definições conceituais na literatura nacional e internacional para a terminologia custo com segurança privada. Entretanto, são encontrados os termos custo da violência, custo do crime e custo da criminalidade nas pesquisas de Cerqueira (2017), Cerqueira et al. (2007), Cerqueira e Soares (2016), Kahn (1999), Rodrigues (2011) e Rondon e Andrade (2005), que de forma geral, incluem dentro de seus componentes gastos relativos à segurança pública e segurança privada.

Norren et al. (2011), afirma que o termo custo é utilizado de diversas maneiras, pois existem muitos tipos de custos, e estes são classificados de acordo com a necessidade da organização. Para Martins (2003) custos são gastos relativos a bem ou serviço utilizados na produção de outros bens ou serviços. Portanto, estão associados aos produtos ou serviços produzidos pela entidade que gerem futuros benefícios (BRUNI; FAMÁ, 2009).

Diante disso, considerando-se que os investimentos em segurança privada representam dispêndios para o Estado, companhias privadas e pessoas físicas, o custo com segurança privada pode ser entendido como aquele proveniente da contratação e utilização dos serviços privados de segurança, bem como dos materiais e dos equipamentos utilizados para a sua realização, com o objetivo de garantir a segurança e bem-estar individual e coletivo. Em específico, para as pessoas físicas, o custo com a segurança privada apresenta-se potencialmente na contratação de serviços de vigilância patrimonial, na instalação de equipamentos, tais como câmeras de segurança e cercas elétricas e em planos de seguro. Entretanto, os cidadãos podem também adotar outras medidas para se proteger, o que dependerá dos potenciais riscos sofridos e do poder aquisitivo possuído pelos mesmos, uma vez que, conforme já demonstrado, os dispêndios incorridos neste setor são significativamente altos (ARAÚJO et al., 2017; SILVA, 2015).

Os custos com serviços privados de segurança têm crescido consideravelmente, apresentando altos valores tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas. Entretanto, mesmo diante dessa realidade, ainda é um assunto pouco estudado, sendo a maioria dos estudos nessa área, delimitados aos aspectos legais ou à ampliação da segurança privada (COSTA, 2013; MARAGNO; BORBA, 2014).

Corroborando, Oliveira et al. (2014), em levantamento realizado nos principais eventos da área do Brasil e no Portal de Periódicos da CAPES, durante o período de 2003 a 2014, chegaram à conclusão de que as pesquisas existentes que tratam especificamente sobre custos com segurança privada são escassas e as poucas disponíveis tratam o tema de uma maneira superficial, normalmente fazendo rápidas menções sobre a temática e não apresentando nenhum aprofundamento a respeito desses custos.

Posteriormente, no período de 2014 a 2017, foram identificadas cinco pesquisas que tratam diretamente sobre o tema custos com segurança privada no Brasil: Araújo et al. (2017), Maragno e Borba (2014), Oliveira et al. (2015), Ferreira Filho et al. (2015) e Silva et al. (2016), o que foi ratificado através da pesquisa de Melo et al. (2018), ao realizarem uma pesquisa sobre a produção científica na área de custos com segurança privada no período de 2003 a 2017, verificando-se que o interesse pela temática no país é recente e pouco explorada. Desta forma, no Quadro 1 são apresentados os resultados dos estudos encontrados que tratam especificamente da temática custo com segurança privada.

Quadro 1 – Resumo dos estudos empíricos sobre os constructos analisados

<b>Autor / Ano</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultados</b>
Maragno e Borba (2014)	Determinar o custo com segurança privada das 30 maiores instituições bancárias brasileiras.	Observou-se que o custo com segurança privada, nas instituições bancárias brasileiras, é expressivo, apresentando em 2013 um aumento de 37,27% em relação a 2008
Oliveira et al. (2015)	Investigar a influência exercida por menores custos com segurança pública e pelos índices de criminalidade nos custos com segurança privada em um complexo turístico de praia.	Verificou-se a inexistência de relação entre os custos com segurança privada do complexo turístico, os custos com segurança pública do Estado do Ceará e os níveis de criminalidade na Região Metropolitana de Fortaleza.
Ferreira et al. (2015)	Investigar a relação entre o custo com segurança patrimonial e o desempenho organizacional da Cia. Energética do Ceará.	Verificou-se que existe correlação negativa moderada entre a variável custo com segurança patrimonial e às variáveis ROA e DEC, positiva baixa com a variável EBITDA e negativa moderada com as variáveis FEC, IRV e ISC.
Silva et al. (2016)	Identificar a relação dos gastos com segurança pública, custos com segurança privada e índices de rentabilidade, comparando-se empresas salineiras.	Concluiu-se que os gastos públicos com segurança influenciam a variação do comportamento dos custos com segurança privada e os custos com segurança privada influenciam a variação do comportamento dos índices de rentabilidade (ROA, EBITDA).
Araújo et al. (2017)	Investigar a relação entre custos com segurança privada e ataques a bancos no Brasil	Os resultados não demonstraram relação significativa entre os custos com segurança privada e ataques a bancos no Brasil. Desse modo, não se pode afirmar que os custos com segurança privada das instituições bancárias estão associados, estatisticamente, nem com os assaltos nem com os arrombamentos a bancos no Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor com base em revisão bibliográfica (2019).

Cabe ressaltar que embora tenham sido encontradas evidências empíricas nacionais sobre a temática custos com segurança privada, o presente estudo traz uma abordagem diferenciada, na medida em que busca investigar a percepção dos discentes sobre as variáveis que influenciam tais custos, uma vez que nos estudos encontrados as análises restringiram-se, de forma geral, ao desempenho empresarial.

### 3 Metodologia

Ao identificar os fatores determinantes do custo com segurança privada sob a ótica dos discentes de Ciências Contábeis, a pesquisa se enquadra como descritiva e exploratória quanto aos seus objetivos (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Quanto aos procedimentos, o estudo enquadra-se como levantamento do tipo *survey* transversal (BABBIE, 2001). No que tange à abordagem do problema, caracteriza-se como quantitativa, ao passo que pesquisas quantitativas são aquelas que se caracterizam pelo emprego e quantificação na coleta e no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas (RICHARDSON et al., 2009).

O universo da pesquisa corresponde aos discentes do curso de Ciências Contábeis das universidades públicas de Mossoró-RN, com matrícula ativa no semestre letivo 2019.1. Quanto à seleção da amostra, delimita-se aos discentes que já cursaram ou estão cursando a disciplina Contabilidade de Custos, tendo em vista a especificidade das questões que envolvem a temática em análise. Em Mossoró, existem duas universidades públicas – a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). De acordo com dados institucionais (matriz curricular dos referidos cursos), na UERN, a disciplina Contabilidade de Custos é ministrada no 5º período; já na UFERSA, esta disciplina é ministrada no 4º período. Sendo assim, a seleção final da amostra é composta por todos os dos discentes que estão cursando a partir do 4º período na UFERSA e a partir do 5º período na UERN e que se encontraram presentes em sala de aula no momento da aplicação do instrumento de pesquisa. A amostra final foi composta por 213 discentes, sendo 118 da UFERSA e 95 da UERN.

Ressalte-se que a seleção das IES públicas se deu pela facilidade de abordagem junto às instituições, tendo em vista que após contato com a coordenação dos referidos cursos, foi possível realizar a aplicação dos questionários. Quanto às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, houve dificuldade no processo de abordagem, o que impossibilitou a aplicação do instrumento de pesquisa nas referidas instituições.

De acordo com dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2014), Mossoró possui uma população estimada de 259.815 pessoas, sendo considerada uma das cidades de médio porte no contexto brasileiro e depois da capital, Natal, a maior aglomeração urbana e populacional do estado do Rio Grande do Norte (SILVA; GRIGIO; PIMENTA, 2016). Em contraste, em 2017 ocupou a posição de 18ª cidade mais violenta do mundo, ficando inclusive à frente da capital, Natal, que ocupou a 33ª posição (INSTITUTO IGARAPÉ, 2018). Com o intenso crescimento urbano vivenciado nas últimas décadas, observam-se mudanças no modelo espacial da cidade, assim como nas relações sociais nela estabelecidas (SALLES; GRIGIO; SILVA, 2016). Desta forma, justifica-se a escolha do município dada a sua representatividade e pelas estatísticas do crime e da violência, apresentadas nas últimas décadas.

Destarte, foi utilizada a estratégia de amostra intencional, uma vez que o critério foi a acessibilidade e conveniência do pesquisador, uma vez que foi selecionado um grupo de indivíduos pela sua disponibilidade e conveniência no momento da investigação (HILL; HILL, 2000; MARÔCO, 2011).

A coleta de dados se deu através de dados primários, por meio de um questionário adaptado de Steden e Nalla (2010) e Moreira (2013), os quais buscaram em suas pesquisas obter a percepção de cidadãos face a segurança privada na Holanda e em Portugal, respectivamente. Adicionalmente, foi incluído um conjunto de questões para propiciar o alcance do objetivo do presente estudo. Portanto, trata-se de uma coleta de dados por meio de fonte primária.

O questionário foi aplicado através de abordagem direta junto aos discentes que se encontraram presentes em sala de aula, nos meses de fevereiro e março de 2019, após consentimento livre dos mesmos. Foram obtidas 219 respostas, entretanto, seis questionários estavam incompletos, resultando num total de 213 respostas válidas.

Para o alcance do objetivo, recorreu-se a utilização da análise fatorial exploratória. A análise fatorial é uma técnica de análise multivariada de interdependência que busca identificar fatores comuns num conjunto de variáveis inter-relacionadas (FÁVERO et al., 2009). A adequação da aplicação da técnica de análise fatorial foi avaliada tendo em conta o critério de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste de esfericidade de Bartlett, que tem como hipótese nula que a matriz de correlações dos dados é igual à matriz identidade. A adequação da análise fatorial é indicada por um valor alto (próximo de 1) do KMO e por um valor p baixo (inferior a 0,5) para o teste de esfericidade de Bartlett (MARÔCO, 2011). Além disso, observou-se as comunalidades com o propósito de verificar se as variáveis atendem aos níveis aceitáveis de

explicação (igual ou superior a 0,5) e o Alpha de Cronbach, para avaliar a fidedignidade dos fatores gerados em torno de suas variáveis, devendo este ser superior a 0,6 (MARÔCO, 2011; HAIR JÚNIOR et al., 2009).

#### 4 Apresentação e análise dos resultados

Para o alcance do objetivo do estudo – identificar os fatores determinantes do custo com segurança privada sob a ótica dos discentes de Ciências Contábeis –, procedeu-se com a aplicação da Análise Fatorial Exploratória (AFE). Segundo Tabachnick e Fidell (2007) a AFE é utilizada com maior ênfase em estudos embrionários, objetivando explorar os dados correlacionados, transformando-os em fatores, que é o caso do custo com segurança privada. Para o desenvolvimento da AFE utilizou-se os seguintes índices de base, estabelecidos por Hair Júnior et al. (2009) e Marôco (2011): (i) Alpha de Cronbach (superior a 0,6); (ii) Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) (igual ou superior a 0,5); (iii) Esfericidade de Bartlett (p menor que 0,5); (iv) Comunalidade (igual ou superior a 0,5).

Considerando os aspectos enunciados, três extrações foram realizadas para consolidação do modelo final, observando-se os testes mencionados, para fins de avaliação da adequabilidade ou não das variáveis para a formação dos fatores, pois nos dois primeiros modelos os pressupostos para a realização não foram adequados.

A Tabela 1 apresenta os testes de KMO, Bartlett, Alpha de Cronbach e comunalidade para o terceiro modelo testado, sendo este o modelo válido, concluindo-se que a análise fatorial é adequada ao estudo, demonstrando, portanto, que possuem explicação suficiente para os fatores formados.

Tabela 1 – Resultado dos testes de consistência das variáveis observáveis para uso da AFE

Alpha de Cronbach	Esfericidade de Bartlett	KMO	% Var. Explicada
	Sig.		
0,809	0,000	0,782	59,13

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Pelo Teste da Variância Total, buscou-se identificar a quantidade de fatores que seriam formados a partir do conjunto das variáveis. No que concerne ao grau de explicação, conforme apresentado na Tabela 2, nota-se a formação de quatro fatores, que explicam 59,13% da variabilidade total dos dados originais.

Tabela 2 – Teste da Variância Total Explicada

Fator	Autovalores iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	4,099	29,280	29,280	4,099	29,280	29,280	2,625	18,752	18,752
2	1,780	12,713	41,993	1,780	12,713	41,993	2,192	15,654	34,406
3	1,273	9,089	51,083	1,273	9,089	51,083	1,764	12,599	47,006
4	1,127	8,048	59,131	1,127	8,048	59,131	1,698	12,125	59,131

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Após a identificação dos fatores, optou-se por nomeá-los de acordo com o agrupamento das variáveis, obtendo-se assim os fatores determinantes do custo com segurança privada sob a ótica dos discentes. Para fins didáticos, elaborou-se a Figura 1, que reúne todos os fatores, com as respectivas variáveis de cada grupo.

Conforme demonstrado na Figura 1, os fatores determinantes do custo com segurança privada, sob a ótica dos discentes do curso de Ciências Contábeis das universidades públicas de Mossoró/RN são os seguintes: “Fator 1 – Mudanças conjunturais”, que reúne os itens V3, V7, V10, V11 e V16; “Fator 2 – Prevenção ao crime pelo Governo, pelo cidadão e pelo setor empresarial”, que aglutina, por sua vez, as variáveis V6, V9, V12, V13 e V14; “Fator 3 – Crescimento do crime e da sensação de insegurança”, agrupando os itens V4 e V5; e “Fator 4 – Ineficiência do Estado na promoção da segurança pública”, o qual aglutinou as variáveis V1 e V2. Observa-se também que houve redução das 14 variáveis para quatro fatores, sendo possível visualizar quais variáveis fazem parte de cada um deles.



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Ressalte-se que, devido a quantidade de itens, para melhor visualizar os grupos formados, a explicação de cada fator, bem como sua composição, será apresentada em tabelas separadas (Tabelas de 4 a 7). A composição dos fatores atendeu ao pressuposto de Kline (2014) – cargas fatoriais superiores a 0,30 são aceitáveis – uma vez que todos os itens se apresentaram superiores a 0,50.

Nota-se que o fator 1 é responsável por 18,75% da variância explicada (Tabela 2) e pela Tabela 3 verifica-se que este foi formado a partir da aglutinação dos itens V3, V7, V10, V11 e V16. De acordo com a composição desse fator, para fins de interpretação, este será denominado de “Fator 1 – Mudanças conjunturais”, pois todas as variáveis deste fator sinalizam para as mudanças conjunturais ocorridas na sociedade a partir do século XX, as quais impulsionaram o crescimento e desenvolvimento da indústria de segurança privada.

Tabela 3 – Composição do Fator 1: Mudanças conjunturais

V	Item	Comun.	Carga Fatorial
3	A transformação da paisagem urbana, com a proliferação dos chamados espaços semipúblicos, dos edifícios empresariais e edifícios de instituições públicas.	0,533	0,569
7	A forma como as corporações se desenvolveram e mudaram, no século XX.	0,476	0,526
10	Difusão da “cultura de consumo”, pois as práticas, crenças e valores, associadas ao consumo, desempenham um papel preponderante na estruturação da vida econômica, social e cultural contemporânea.	0,570	0,675
11	Crescimento e o desenvolvimento de grandes estabelecimentos de lazer, comerciais, industriais ou residenciais, que são abertos ao público, mas que são propriedade privada.	0,641	0,679
16	O êxodo rural e a expansão da propriedade privada.	0,505	0,673

Fonte: Dados da pesquisa (2019).



Verifica-se na Tabela 3 que quatro das cinco variáveis apresentaram comunalidades superiores a 0,5, com exceção do item V7, cuja comunalidade foi de 0,476; entretanto, como o valor aproxima-se de 0,5, optou-se pela sua utilização, uma vez que esta variável demonstra relevância para explicação do fator, em análise conjunta com o item V3.

O item V11 foi o item mais representativo das variáveis relacionadas às variáveis conjunturais, apresentando carga fatorial de 0,679. De acordo com Moreira (2013), a responsabilidade pela segurança nesses locais é, na maioria das vezes, senão em todos, atribuída à segurança privada e não à segurança pública (polícia), justificando, portanto, a relevância atribuída pelos discentes à esta variável.

O segundo item que obteve maior carga fatorial foi o V10 (0,675). Nesta perspectiva, Loader (1999) argumenta que os produtos e serviços consumidos são entendidos como meios de expressar a identidade e o lugar de alguém nas hierarquias sociais vigentes. Assim, o consumo da segurança pode ser visualizado como uma forma dos indivíduos, simbolicamente, se distinguirem daqueles que permanecem dependentes, para a sua segurança, de serviços públicos.

O item V16 também apresentou alta carga fatorial (0,673), semelhante aos itens V11 e V10. Nesta conjuntura, estudiosos, tais como Adorno e Cardia (2000), Caldeira (2013), Ceccato, Melo e Kahn (2018) e Câmara (2007) apontam que em decorrência do crescimento rápido e não planejado das cidades, a legislação, a polícia e os sistemas judiciário e penal não acompanharam a velocidade com a qual as mudanças ocorreram e tornaram-se ineficazes para deter a violência e a criminalidade.

O item V3 apresentou carga fatorial de 0,569 e o item V7 apresentou carga fatorial de 0,526. Optou-se por realizar a análise conjunta, tendo em vista a sinergia existente entre as variáveis. Bayley e Shearing (2001), Ocqueteau (1997) e Zanetic (2009, 2013) argumentam que tanto no cenário nacional quanto o internacional, tais mudanças conceberam o incentivo econômico e o espaço legal para os serviços privados de segurança. Desta forma, observa-se que as transformações ocorridas na paisagem urbana e as mudanças ocorridas nas corporações, também se apresentam como fatores determinantes do custo com segurança privada.

O fator 2 concentra 15,65% da variância explicada (Tabela 2). Através da Tabela 4, nota-se que este fator foi composto pela aglutinação dos itens V6, V9, V12, V13 e V14. Cabe ressaltar que, apesar de apresentar características semelhantes, esse fator apresentou variáveis que poderiam ser aglutinados em outros fatores, como os itens V6 e V9, que seriam melhor explicados se agrupados no fator 4 (ineficiência do Estado na promoção da segurança pública) e o item V12, que possui relação intrínseca com as variáveis do fator 1 (mudanças conjunturais). Entretanto, em linhas gerais, os cinco itens aglutinados neste fator estão relacionados à prevenção ao crime, seja Governo, pelos cidadãos comuns ou pelo setor empresarial. Por este motivo, para fins de interpretação, optou-se por denominá-lo de “Fator 2 – Prevenção ao crime pelo Governo, pelo cidadão e pelo setor empresarial”.

Tabela 4 – Composição do Fator 2: Prevenção ao crime pelo Governo, pelo cidadão e pelo setor empresarial

V	Item	Comu.	Carga Fatorial
6	A ineficiência da polícia contribui para a expansão do setor de segurança privada, fazendo com que o próprio Governo invista em segurança privada.	0,494	0,641
9	A polícia não possui recursos inesgotáveis que permitam uma segurança personalizada, o que leva o cidadão comum a investir em segurança privada.	0,520	0,652
12	Aumento do tempo que as pessoas passam, no seu cotidiano, afastados da família e do seu círculo de amigos nos grandes centros em que predomina o anonimato.	0,574	0,589
13	As seguradoras exercem uma pressão sobre os seus clientes para que estes se protejam melhor e tomem medidas concretas de prevenção através da compra de produtos e serviços especializados de proteção e segurança.	0,592	0,673

14	A perda de atratividade de novos investimentos e/ou exclusão dos existentes por parte do comércio estimula investimentos em segurança privada.	0,589	0,558
----	--	-------	-------

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme demonstrado na Tabela 4, neste fator o item V13 foi o que obteve maior carga fatorial (0,673) e, portanto, maior poder explicativo. Desta forma, é notória a influência que as companhias de seguros exercem no crescimento da segurança privada, tendo em vista que estas companhias incentivam os seus clientes a implementarem sistemas de vigilância ou de tecnologia, sob pena de não serem segurados ou de sofrerem penalizações nos prêmios de seguros, conforme demonstrado por Rodrigues et al. (2011) e Zanetic (2013).

Os itens V6 e V9 cujas cargas fatoriais foram de 0,652 e 0,641, respectivamente, podem ser explicados de forma conjunta, tendo em vista que demonstram a prevenção ao crime pelo Governo e pelo cidadão comum, em decorrência do policiamento público ineficiente. Neste contexto, Rodrigues (2011) destaca que a polícia está ao serviço da comunidade e não de certos interesses em particular e, por esse motivo, o cidadão comum investe em segurança privada, para atender seus próprios interesses. Além disso, buscando-se contribuir para melhoria do bem-estar social, o Governo tem investido em segurança privada, permitindo a atuação conjunta com a segurança pública, com vistas à prevenção de ocorrência do crime (ZANETIC, 2013).

O item V12 obteve carga fatorial de 0,589, demonstrando, portanto ser influente para o crescimento da segurança privada. Nesse contexto, Cusson (1994) destaca que quando as relações familiares passaram a dar lugar a uma socialização mais impessoal e anônima, se fez necessário um controle social organizado. Tendo em vista que o anonimato não permite o controle social informal atuar, emergiu-se a busca por segurança privada para que a insegurança não assumisse o papel principal.

Por fim, no fator 2, destaca-se o item V14 cuja carga fatorial foi de 0,558, demonstrando, portanto, que o setor empresarial é estimulado a investir em segurança privada em decorrência das perdas que porventura possam ocorrer, prevenindo assim a sua ocorrência. Nesta perspectiva, cabe ressaltar que o custo da segurança privada leva as empresas a aumentarem os preços dos seus bens e serviços, que por sua vez, são repassados aos consumidores nos preços dos produtos, o que gera uma diminuição dos negócios, uma vez que tais recursos humanos e financeiros poderiam ser utilizados na geração de emprego e renda (CERQUEIRA et al., 2007; OLIVEIRA et al., 2015; SHIKIDA, 2010; SILVA et al., 2016).

O fator 3, por sua vez, possui 12,59% da variância explicada (Tabela 2). De acordo com a Tabela 5, verifica-se que esse fator aglutinou os itens V4 e V5. Como a predominância foi de apenas dois itens, os quais são correspondentes à situações que remetem ao crime e à sensação de insegurança, denominou-se como “Fator 3 – Crescimento do crime e da sensação de insegurança”.

Tabela 5 – Composição do Fator 3: Crescimento do crime e da sensação de insegurança

V	Item	Comu.	Carga Fatorial
4	Com o crescimento do crime, da violência e da sensação de insegurança generalizada o cidadão comum tem investido mais em serviços privados de segurança.	0,627	0,764
5	Com o objetivo de reduzir os níveis de risco do crime o cidadão comum tem investido mais em serviços privados de segurança.	0,666	0,773

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Como demonstrado na Tabela 5, o fator 3 agrupou duas variáveis, sendo as seguintes: V4 e V5, as quais apresentaram altas cargas fatoriais (0,764 e 0,773), respectivamente. Nesta perspectiva, Rondon e Andrade (2005) argumentam que a criminalidade afeta diretamente o bem-estar dos indivíduos. Em decorrência disso, em múltiplos contextos, a violência urbana

atingiu centralidade no debate público como um dos mais complexos problemas sociais urbanos no final do século XX e começo do XXI, conforme destaca Poncioni (20017).

Por fim, destaca-se o fator 4, em que do total da variância explicada, 12,12% é de sua responsabilidade (Tabela 2). Pela Tabela 6 evidencia-se que este fator é formado pelos itens V1 e V2, que remetem à ineficiência do Governo e a ausência de políticas públicas eficazes. Desta forma, optou-se por denominá-lo da seguinte forma: “Fator 4 – Ineficiência do Estado na promoção da segurança pública”.

Tabela 6 – Composição do Fator 4: Ineficiência do Estado na promoção da segurança pública

V	Item	Comu.	Carga Fatorial
1	A ineficiência do Governo contribui para a expansão do setor de segurança privada.	0,750	0,836
2	A ausência de políticas públicas eficazes contribui para a expansão do setor de segurança privada.	0,741	0,807

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observa-se na Tabela 6 que o fator 4 é composto pelos seguintes itens: V1 e V2. Ressalte-se que estes foram os itens com maior carga fatorial (0,836 e 0,807), respectivamente, e portanto, são os que possuem maior poder explicativo, tendo em vista que sinalizam como os mais influentes sob a percepção dos discentes. Neste contexto, Cubas (2005) destaca que para os cidadãos, em um cenário de descrença nas instituições públicas e de incapacidade do Estado em assegurar os bens e a integridade física das pessoas, a adoção de uma lógica de mercado como alternativa às falhas do poder público aparenta ser a opção mais atraente e eficiente. Por consequência, empresas oferecendo segurança pessoal e patrimonial se validam e se constituem na sociedade com a finalidade de restaurar a sensação de segurança de quem está disposto a arcar com esses serviços (BARROSO, 2017).

Desta forma, pode-se afirmar que, a ineficiência do Estado na promoção da segurança pública e a ausência de políticas públicas eficazes à esta promoção, se constituem como fatores explicativos para o crescimento e a expansão do setor de segurança privada, que mesmo em meio à crise econômica enfrentada nos últimos anos no país, continua sendo um dos mercados que mais se desenvolve, de acordo com estudos empíricos, como os de Araújo et al. (2017) e Barroso (2017), e informações de mercado (FENAVIST, 2016).

Objetivando complementar as análises, utilizou-se da estatística descritiva, através da indicação de médias, conforme demonstra a Tabela 7, para verificar qual foi o fator que recebeu o maior grau de influência de acordo com a percepção dos discentes. Cabe ressaltar, que para fins de análise, elaborou-se uma escala de influência de acordo com o nível de importância, expressa em números, que poderiam ser atribuídas às variáveis, sendo 1 - sem influência; 2 - pouca influência; 3 - razoável influência; 4 - influente; e 5 - muito influente.

Tabela 7 – Comparação das médias por fator de acordo com a percepção dos discentes

Fator	Média
Fator 1 – Mudanças conjunturais	3,65
Fator 2 – Prevenção ao crime pelo Governo, pelo cidadão e pelo setor empresarial	3,38
Fator 3 – Crescimento do crime e da sensação de insegurança	4,40
Fator 4 – Ineficiência do Estado na promoção da segurança pública	4,37

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Desta forma, por meio da Tabela 7 é possível verificar as notas médias atribuídas a cada fator de acordo com a percepção dos discentes. Com os resultados, depreende-se que o grupo que obteve maior média no quesito influência foi o Fator 3 – Crescimento do crime e da sensação de insegurança (4,40), conforme a escala de influência utilizada nesta pesquisa (1 a

5); seguido do Fator 4 – Ineficiência do Estado na promoção da segurança pública, que obteve a média de 4,37. As médias dos fatores 1 e 2 correspondem, dentro da escala proposta na pesquisa, ao grau de média influência. Cabe ressaltar que os fatores 3 e 4 também foram os que receberam as maiores cargas fatoriais, demonstrando, portanto, serem os mais influentes sob a ótica dos discentes.

## 5 Conclusões

O objetivo desta pesquisa residiu em identificar os fatores determinantes do custo com segurança privada sob a ótica dos discentes de Ciências Contábeis, o qual foi alcançado através da análise fatorial exploratória.

Os discentes avaliaram os itens através de uma escala de influência de cinco pontos, em que 1 corresponde à opção “sem influência” e 5 à opção “muito influente”. A análise fatorial exploratória permitiu concluir que os itens se organizaram em quatro fatores, nomeados da seguinte forma: Fator 1 – Mudanças conjunturais; Fator 2 – Prevenção ao crime pelo Governo, pelo cidadão e pelo setor empresarial; Fator 3 – Crescimento do crime e da sensação de insegurança; e Fator 4 – Ineficiência do Estado na promoção da segurança pública, sendo estes os fatores determinantes do custo com segurança privada sob a percepção dos discentes. Os fatores mais influentes, dentro da escala de influência proposta na presente pesquisa são os fatores 3 e o 4, tendo em vista que foram os que obtiveram as maiores médias (4,40 e 4,37), respectivamente. O fator 1, por sua vez, apresentou média de 3,65 e o fator 2 apresentou média de 3,38.

Sob a perspectiva teórica, vale salientar que os achados desta pesquisa confirmam os prognósticos da Teoria da PSC, a qual aduz que, a prevenção ao crime é considerada como uma das principais funções da segurança privada e que tal prevenção é alcançada por meio de ações que alteram as características situacionais ou ambientais dos locais, de maneira que dificulte a prática do crime, aumente a sua probabilidade de detecção ou reduza as recompensas inerentes.

Vale salientar que embora existam algumas pesquisas sobre o custo com segurança privada, nenhuma tratou de forma direta sobre a percepção de cidadãos comuns, as quais, de forma geral, analisaram setores empresariais específicos, tais como o setor salineiro (SILVA et al., 2016) e o setor bancário (ARAÚJO et al., 2017).

Desta forma, o presente estudo traz uma abordagem diferenciada, na medida em que busca investigar a percepção dos discentes sobre o custo com a segurança privada, que não fora abordada anteriormente. Verifica-se uma escassez de estudos nacionais e internacionais acerca dessa temática, e as pesquisas encontradas são incipientes, havendo, portanto, a necessidade de maior aprofundamento no assunto. A pesquisa avança nos campos teórico e prático, porém algumas limitações podem ser apontadas, razão pela qual sugere-se uma reflexão para futuras pesquisas, em especial quanto ao aumento da amostra e à utilização de outras técnicas estatísticas.

Desta forma, sugere-se para pesquisas futuras a reaplicação do instrumento de pesquisa em outras instituições de ensino superior, buscando-se comparar a percepção dos discentes de instituições públicas e privadas, bem como de diferentes regiões do país. Ademais, sugere-se também a realização da pesquisa com cidadãos comuns, fazendo-se abordagem direta junto à população em locais específicos em que demonstra-se a presença de agentes de segurança privada (principal profissional do setor), tais como bancos e centros comerciais. Por fim, sugere-se a aplicação do estudo no comércio, buscando-se identificar a percepção de empresários de pequenas e médias empresas sobre o custo com segurança privada, além de realizar a aplicação de análise fatorial confirmatória, com vistas à confirmar os fatores determinantes encontrados no presente estudo.

## Referências

ARAÚJO, F. J. A.; PESSOA, M. N. M.; SILVA, J. D.; CABRAL, A. C. A. Custos com segurança privada no setor bancário X insegurança no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Custos, 24, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2017.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BARROSO, P. F. O sentimento da insegurança e a armadilha da segurança privada: reflexões antropológicas a partir de um caso no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, p. 148-163, 2017.

BAYLEY, D.; SHEARING, C. **The new structure of policing: description, conceptualization and research agenda**. Washington, DC: US Department of Justice, Office of Justice Programs, National Institute of Justice, 2001.

BEATO FILHO, Cláudio C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 13-27, 1999.

BRASIL. **Regulamento**: Lei nº 7102 de 20 de junho de 1983. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L7102.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços**: com aplicações na calculadora HP 12c e excel. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CALDEIRA, T. P. The paradox of police violence in democratic Brazil. In: **Policing and Contemporary Governance**. Palgrave Macmillan, New York, 2013.

CÂMARA, P. S. A política carcerária e a segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 1, n. 1, p. 64-70, 2007.

CECCATO, V.; MELO, S. N.; KAHN, T. Trends and patterns of police-related deaths in Brazil. In: **The Palgrave Handbook of Criminology and the Global South**. Palgrave Macmillan, Cham, 2018.

CERQUEIRA, D. R. C. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

\_\_\_\_\_. **Custo de bem-estar da violência e criminalidade no Brasil**. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 11. ed., 2017. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2018.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, A. X. Y.; LOBÃO, W. J. A.; RODRIGUES, R. I. **Análise dos custos e consequências da violência no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

\_\_\_\_\_. SOARES, R. The welfare cost of homicides in brazil: accounting for heterogeneity in the willingness to pay for mortality reductions. **Health Economics**, v. 25, n. 3, p. 259-276, 2016.

CLARKE, R. V. Situational crime prevention: Its theoretical basis and practical scope. **Crime and justice**, v. 4, p. 225-256, 1983.

\_\_\_\_\_. **Situational crime prevention: successful case studies**. 2 ed. New York: Harrow and Heston, 1997.

COELHO, F. C. **Gestão e modelos legais de segurança privada: um estudo em empresas orgânicas e especializadas**. 2011. 108 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Empresariais, Universidade Fumec, Belo Horizonte, 2011.

CUBAS, V. O. **Segurança privada: a expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2005.

CUSSON, M. La sécurité privée, sa nature, sa raison d'être et son avenir. **Les Cahiers de l'École de Criminologie**, 1994.

EXUM, M. L.; KUHNS, J. B.; KOCH, B.; JOHNNSON, C. An examination of situational crime prevention strategies across convenience stores and fast-food restaurants. **Criminal justice policy review**, v. 21, n. 3, p. 269-295, 2010.

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P. P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2009.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES. **Estudo do setor de segurança privada**, V, 2016. Disponível em: <[http://www.fenavist.com.br/static/media/essegs/ESSEG\\_V.pdf](http://www.fenavist.com.br/static/media/essegs/ESSEG_V.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FERREIRA FILHO, J.; PESSOA, M. N. M.; CABRAL, A. C. A.; CABRAL, J. E. O.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; JESUS JUNIOR, A. A. Custos com segurança patrimonial privada e o desempenho organizacional em uma Companhia Energética do Ceará. **Gestão.Org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 13, Edição Especial, p. 381-395, 2015.

HAIR JÚNIOR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HILL, M.; HILL, A. **Investigação por questionário**. Lisboa: Edições Sílabo, 2000.

HOLT, T. J.; BLEVINS, K. R.; KUHNS, J. B. Examining the displacement practices of Johns with online data. **Journal of Criminal Justice**, v. 36, n. 6, p. 522-528, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa do Censo 2014**. Brasília: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Observatório de homicídios**, 2018. Disponível em: <<https://igarape.org.br/apps/observatorio-de-homicidios/>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

KLIN, P. **An easy guide to factor analysis**. Routledge, 2014.

- LOADNER, I. Consumer culture and the commodification of policing and security. **Socioly**, v. 33, n. 2, p. 373-392, 1999.
- MARAGNO, L. M. D; BORBA, J. A. Estimando possíveis custos de segurança no sistema bancário brasileiro. In: Congresso Brasileiro de Custos, 21, 2014, Natal. **Anais...** Natal, 2014.
- MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS Statistics**. Lisboa: Edições Sílabo, 2011.
- MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MELO, G. C. V.; REBOUÇAS, L. da S.; PESSOA, M. N. M.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M. dos. Produção científica em custos com segurança privada: um estudo bibliométrico no período de 2003 a 2017. In: Congresso Brasileiro de Custos, 25, 2018, Vitória-ES. **Anais...** Vitória, 2018.
- MOREIRA, S. R. N. **A percepção dos cidadãos face aos agentes de segurança privada**. 2013. 125 p. Dissertação (Mestrado em Criminologia) – Faculdade de Direito, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2013.
- NALLA, M. K.; HERAUX, C. G. Assessing goals and functions of private police. **Journal of Criminal Justice**, v. 31, n. 3, p. 237-247, 2003.
- \_\_\_\_\_; LIM, S. Students' perceptions of private police in Singapore. **Asian Policing**, v. 1, n. 1, p. 27-47, 2003.
- NORREN, E. W.; BREWER, P. C.; GARRISON, R. H. **Managerial Accounting for Managers**. New York: MCGraw-Hill, 2011.
- NUNES, C. M. **Vigilância patrimonial privada: comentários à legislação**. São Paulo: LTr, 1996.
- OCQUETEAU, F. A Expansão da segurança privada na França. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 185-195, 1997.
- OLIVEIRA, F. D.; FERREIRA FILHO, J.; PESSOA, M. N. M.; SANTOS, S. M.; CABRAL, A. C. A. Custo com segurança privada: um assunto pouco estudado. In: Congresso Brasileiro de Custos, 21, Natal. **Anais...** Natal, 2014.
- PONCIONI, P. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 1, n. 1, p. 22-31, 2007.
- RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2009.
- RODRIGUES, N. **A segurança privada em Portugal: sistemas e tendências**. Coimbra: Almedina, 2011.
- RONDON, V. V.; ANDRADE, M. V. Uma estimação dos custos da criminalidade em Belo Horizonte. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 2, p. 829-854, 2005.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2013.

SHIKIDA, P. F. A. **Considerações sobre economia do crime no Brasil**: um sumário de 10 anos de pesquisa. Brasília: Universa, 2010.

SILVA, A M. S. **Agentes públicos na segurança privada**: A configuração do “bico” na cidade de Fortaleza. 2010. 126 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, J. D. **A relação dos gastos com segurança pública, custos com segurança privada e índices de rentabilidade**: estudo em empresas salineiras de grande porte. 2015. 136 p. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

\_\_\_\_\_; PESSOA, M. N. M.; COSTA, W. P. L. B.; CABRAL, A. C. A. A relação dos gastos com segurança pública, custos com segurança privada e índices de rentabilidade: estudo em empresas salineiras de grande porte. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 20, 2016, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2016.

SILVA, C. S. P.; GRIGIO, A. M.; PIMENTA, M. R. C. Levantamento e espacialização da criminalidade urbana do município de Mossoró-RN. **HOLOS**, v. 3, n. 2, p. 352-362, 2016.

STEDEN, V. R.; NALLA, M. K. Citizen satisfaction with private security guards in the Netherlands: perceptions of an ambiguous occupation. **European Journal of Criminology**, v. 7, n. 3, 214–234, 2010.

TABACHNICK, B.; FIDELL, L. **Using multivariate analysis**. Needham Heights: Allyn & Bacon, 2007.

WAKEFIELD, A. The public surveillance functions of private security. **Surveillance & Society**, v. 2, n. 4, p. 529-545, 2005.

XAVIER, L. N. Fortaleza da desigualdade e violência: Geopolítica do medo e anomia social como fator de produção da violência concentrada e da sensação de insegurança. **Conpedi Law Review**, v. 2, n. 1, p. 112-130, 2016.

ZANETIC, A. Segurança privada: características do setor e impacto sobre o policiamento. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 134-151, 2009.

\_\_\_\_\_. Policiamento, segurança privada e uso da força: conceito e características descritivas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 6, n. 3, p. 411-433, 2013.